

LITTLE GAME: MÚSICA COMO MECANISMO DE ARTICULAÇÃO DA CULTURA QUEER

LITTLE GAME: MUSIC AS AN ARTICULATION MECHANISM OF QUEER CULTURE

Juliana Abrão da Silva Castilho ¹

Lorenzo dos Santos Konageski ²

Resumo: A música *Little Game*, do cantor estadunidense Ben J. Pierce (Benny), retrata os reflexos do estabelecimento de padrões de comportamento de gênero em um determinado tempo histórico e ambiente social. A análise social da letra da música e do videoclipe foi realizada na pesquisa usando o subsídio das teorias de gênero, em especial da Teoria Queer. A análise da música revela que assim como o termo *queer* é uma categoria utilizada para perceber todos a quem o discurso da sociedade transforma em anormal, estranho, abjeto ou subalterno, ou seja, os que não se enquadram nos estereótipos de feminino ou masculino convencionais. Este artigo realiza a análise da letra e videoclipe da música *Little Game* usando os pressupostos da Teoria Queer, para tratar de questões relativas aos papéis e padrões de gênero e as consequências da ação social fora de padrões estabelecidos.

Palavras-chave: Gênero. Teoria Queer. Análise de Discurso. Música.

Abstract: The song *Little Game*, by the American singer Ben J. Pierce (Benny), portrays the reflexes of the establishment of patterns of gender behavior in a certain historical time and social environment. The social analysis of the lyrics and the music video was carried out in the research using the support of gender theories, especially the Queer Theory. The analysis of music reveals that just like the term *queer* is a category used to perceive everyone whom society's speech transforms into abnormal, strange, abject or subordinate, that is, those who do not fit the conventional feminine or masculine stereotypes. This article analyzes the lyrics and video clip of the song *Little Game* using the assumptions of Queer Theory, to address issues related to gender roles and patterns and the consequence of social action outside established standards.

Keywords: Gender. Queer Theory. Speech Analysis. Music.

1 Doutoranda em Ciências do Ambiente (pela UFT), Mestre em Sociologia (pela UFG), Bacharel em Ciências Sociais (pela UFG). Docente no Instituto Federal de Ciência tecnologia do Tocantins (IFTO) desde 2011. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0575635586387178>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3487-3048>. E-mail: juliana.castilho@ifto.edu.br.

2 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) - Campus Darcy Ribeiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/564161147460424>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7190-2982>. E-mail: lorenzo.konageski@aluno.unb.br.

Introdução

O presente artigo é fruto de projeto de iniciação científica desenvolvido visando utilizar os conceitos sociológicos para a compreensão da dinâmica social entre as relações de gênero e um dos produtos culturais da modernidade: a música na cultura pop.

O cantor estadunidense Benny, enfrentou uma cultura local bastante tradicional, morador do estado do Texas/EUA, em que o conservadorismo e o apego a padrões de comportamento tradicionais são bastante valorizados, Pearce, ou Benny, leva a frente um posicionamento de defesa dos direitos e da cultura LGBTQIA+, e tem se tornado um representante da causa pelo respeito à diferença. LGBTQIA+ é uma sigla que abrange Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Agênero além de todes que não se sintam representados pelo padrão de gênero dual.

O cantor também é um ativista LGBTQIA+. Benny apoia-se em décadas de uma articulação social, cultural e política cujo início é marcado pela Revolta de Stonewall.

O movimento de Stonewall, que aconteceu nos Estados Unidos em junho de 1969, é tido como um marco para a comunidade LGBT ocidental, principalmente no que diz respeito à resistência e luta pelos direitos dessas pessoas (PERRONI et al., 2019, p. 98).

O marco do início de um movimento de normalização e aceitação das diferenças é seguido de movimentos sociais que buscavam efetivos direitos para os LGBTQIA+, e ao seu lado, esses movimentos tiveram as ciências humanas que buscavam, desde a muito conceber um arcabouço intelectual para compreender as questões de gênero. Sabendo que a música Little Game, de Benny, utiliza diversas referências sobre os padrões de gênero e sua subversão social, este estudo utilizou-se do aporte teórico, método e os conceitos desenvolvidos em torno destas categorias e em especial da teoria queer como suporte para análise da música.

A revisão narrativa aqui empreendida é relevante, pois fornece o arcabouço teórico para a análise proposta. As teorias de gênero, que têm sua origem na primeira onda do feminismo, com o movimento sufragista na Europa, final do século XIX início do século XX, percorreram um árduo caminho, tanto acadêmico quanto sócio-político, para se consagrarem e são parte da estrutura teórica que sustenta o produto da pesquisa implementada, bem como na composição sócio-histórica, articulação política e arcabouço conceitual se fizeram temporalmente juntos.

Em se tratando de um produto da arte a metodologia qualitativa de análise foi utilizada, buscou-se adequar o estudo do objeto ao arcabouço teórico e a problemática desenvolvida. Porém, música não é somente meio de expressão artística da subjetividade do emissor, ela também pode ser percebida enquanto meio de comunicação social, seja através de sua poética (letra), seja por meio de sua melodia, ou de sua representação visual (videoclipe) transmite uma mensagem que vai além da comunicação direta, pois está suscetível a interpretação, tanto do agente quanto do receptor, sempre tendo em vista um objetivo e um público alvo. Também é possível, através da música, produzir e reproduzir comportamentos sociais e representações (TAGG, 2003).

Diversos movimentos sociais se utilizaram da música como forma de expressão de seus objetivos e de articulação. Meio ambiente, direitos humanos, cor/raça, feminismo e liberdade de expressão são algumas das temáticas mais pautadas em músicas com conteúdo social. Este campo também representa uma série de saberes e comportamentos sociais que produzem e reproduzem cultura e sentidos, se referindo a contextos, muitas vezes específicos, em geral demonstrando a representação social de papéis, como os de gênero (REINERT, 1990).

Além do componente subjetivo expresso em som, cuja melodia e as demais escolhas líricas do artista não atrevemos analisar, buscou-se da expressão artística sua letra, como apropriação da língua, em busca da expressão de uma intencionalidade.

Os indivíduos que trabalham em uma variedade de disciplinas começam a reconhecer os modos como as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais

amplios e, conseqüentemente, a considerar a importância do uso da análise linguística como um método para estudar a mudança social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 19).

Método

Neste sentido na escolha metodológica da leitura do discurso, para além do texto, o autor (ou emissor) do discurso também é analisado e revisado em seu contexto e intencionalidade. Usando a contribuição de Bardin, tem-se que, para se realizar a análise da música de maneira transversal para a compreensão reflexiva do conteúdo exposto na letra, fazendo inferências sobre a temática, deve-se realizar uma ampla pesquisa sobre o objeto e das temáticas discutidas (BARDIN, 1979).

Utilizou-se a análise do discurso (AD) como técnica para o desenvolvimento da prática analítica, pois esta técnica permite ir além do texto escrito, permitindo correlacionar o texto com outros dados que, através da pesquisa de outras fontes de informação complementam a percepção do objeto e compreende-se os discursos, para além do texto (FOUCAULT, 1996).

Os discursos são controlados, interna e externamente, por quem emite. Esta ação vai para além da ação verbal, alcança também o texto escrito, nesta pesquisa temos a letra da música, imagem e toda a comunicação emitida com uma intencionalidade. O discurso está impregnado de uma intencionalidade, que nem sempre está explícito e tem conotação política, emitindo posicionamentos, impregnados de valores, cultura, comportamento social, que são meios de integração social (BAUER, GASKELL, 2017).

Toda música, todo texto, bem como toda poesia destinam-se a um grupo social, para captar esse sentido utilizou-se o método de Análise do Discurso (AD). E a análise percebeu como música e arte se entrelaçam enquanto meio de articulação política para a aceitação das diferenças.

Foucault (1996) é um dos precursores deste tipo de análise que pretende focar menos nos detalhes linguísticos dos textos escritos ou ditos e direcionar para a compreensão sócio-histórica do discurso empreendido (FOUCAULT, 1996).

Utilizou-se, para tanto o aparato epistemológico das ciências humanas para interpretar o contexto do discurso, expresso na letra da música, dividindo-a em trechos, tendo como suporte as imagens exibidas no vídeo, para a compreensão da mensagem a partir da reflexão teórica. Foi utilizada a técnica com marcas linguísticas visando a percepção do conteúdo e sua decorrente interpretação social. Esse recurso metodológico, de categorização de falas, ou textos, e sua marcação colabora para a percepção do objeto relacionando-o com a interpretação do conteúdo (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Em se tratando de um discurso proferido de forma artística, na música e de baixa complexidade, dada a pequena quantidade de conteúdo material emitida de maneira bastante clara, o texto foi dividido em trechos (estrofes ou linhas).

A sociedade moldando o indivíduo

Little Game (trad. Joguinho), música lançada pelo cantor Benny em 2014, é uma performance completa, em especial, se acompanhada pelo videoclipe, sobre a relação estabelecida entre poder e gênero nos tempos atuais. Através da letra, o autor sintetiza a dificuldade de alguns indivíduos em se enquadrarem em padrões de comportamento de gênero que estejam definidos em dois polos opostos: masculino e feminino.

Masculino e feminino são duas categorias estabelecidas tendo por referência o sexo de nascimento, porém construídas, em termos de comportamento social, em conformidade com o contexto cultural subjacente a elas. A cultura e o comportamento social se transformam ao longo do tempo, influenciando e sendo influenciados por aspectos econômicos e científicos das sociedades, estas categorias também sofreram alterações de comportamento e percepção social (BUTLER, 1990).

Na contemporaneidade a informação é usada de diversas formas por indivíduos e grupos, mas especialmente como mecanismo de obtenção e manutenção do poder. A internet é um fator importante nas relações sociais na atualidade, inclusive quando tratamos das relações de gênero.

Através dela, a arte, enquanto produto da cultura, encontra um canal de expressão do conteúdo subjetivo bastante profícuo, atuando enquanto instrumento de divulgação, mas também de acesso ao grande público de artistas que seriam discriminados ou estereotipados por seus comportamentos. Estes, muitas vezes utilizam da arte para realizar um debate sobre temas sensíveis na sociedade, tais como o racismo, as discriminações étnico-raciais, a xenofobia, a LGBTQIA+fobia, dentre outros.

O uso de linguagens informacionais cada vez mais eficientes propiciam uma comunicação virtual cada vez mais eficiente através da World Wide Web e criam um ambiente comunicacional amplo, acessível e cambiante, bastante representativo da fluidez das relações sociais na atualidade. No ciberespaço, a interação informática deixou de estar centrada na máquina e nos programas instalados e passou a ser direcionado a um ambiente de comunicação de interface acessível para a navegação e socialização (LEVY, 2003).

Neste meio as questões de gênero encontram um ambiente de debate e de implementação da luta por afirmação e da busca por aceitação das diferenças. Neste sentido o fator geracional é relevante para compreendermos onde se situam os atores que analisamos neste trabalho, uma vez que eles representam uma geração que tem a comunicação em rede intermediada pela Internet enquanto normalizada. Percebe-se que o comportamento social dos jovens hoje é coordenado por uma série de aspectos e fatores que moldam a subcultura jovem, sendo o principal deles a relação que este os jovens estabelecem com as mídias e os grupos sociais primários (família) e secundários (amigos, colegas de escola, demais parentes). Para entender como jovens processam a formação identitárias, sendo gênero uma de suas categorias, deve-se recordar que os comportamentos se modificam geracionalmente. “O conceito de consciência geracional tem mais dois componentes: em primeiro lugar, a historicidade e, em segundo, o vínculo estreito com a dimensão da experiência” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 8). Tendo em vista um determinado contexto histórico no qual se encaixem e se localizem cultural e socialmente, com consciência de passado e presente e a perspectiva de futuro, interrelacionados em suas vivências com as das gerações que compartilham o mesmo tempo e espaço social com eles, elaborando entre as gerações um vínculo subjetivo (FEIXA; LECCARDI, 2010).

A formação de uma identidade de gênero coesa na modernidade perpassa pela localização do eu coletivo perante a sociedade global. As sociedades de modernidade tardia são marcadas pela questão da “diferença”, atravessadas por diferentes visões, padrões e antagonismos que produzem identidades para os indivíduos. Essa formação identitária permite alguma coesão na medida em que a estrutura de identidade permaneça aberta (WOODWARD, 2005).

As formas culturais características da juventude, a fluidez das formas sociais na atualidade e a crescente busca por afirmação da identidade social, se apresentam nos produtos culturais como o teatro, a música e a dança. O cantor estadunidense Benny, nome artístico de Ben J. Pierce, nascido no Texas/EUA, em 19/02/1999, vem produzindo músicas com posicionamento político e que levantam questionamentos sobre as temáticas de gênero e sexualidade, atuando como um grande divulgador da causa LGBTQIA+ de sua geração. Sua carreira artística teve como ponto de partida as redes informacionais e os streamings, das plataformas de veiculação de vídeo, como o Youtube, em que exibe performance identitária não-binária de gênero e com seu discurso agregou outras pessoas que se identificam ou são simpáticas às demandas sociais das pessoas LGBTQIA+. No início de sua vida pública suas aparições se restringiam a canais de videolog, com a aparente intenção de socializar e tratar de temas cotidianos, mas, com o tempo, as questões de gênero tomaram maior vulto em sua plataforma digital, até que este passou intencionalmente discutir o tema da sexualidade e gradualmente fazê-lo usando a música e a performance artística visual. Em seu canal no Youtube o artista se identifica enquanto gay e *queer*, e realiza performance social de bigênero, em vídeos e músicas que têm relação direta com as questões que são pauta do movimento LGBTQIA+.

Benny é fruto de uma sociedade cuja velocidade vertiginosa da informação impele os indivíduos a estarem em perpétua realimentação do conhecimento, seja através dos canais de informação acadêmico, seja através das redes de veiculação da mídia. A representação social, enquanto uma versão da realidade, uma expressão da consciência subjetiva perante a sociedade, também faz parte e colabora para o comportamento social instituído. Portanto as representações sociais, bem como os demais fenômenos da sociedade dependem das interações dos indivíduos em um determinado cenário, que neste caso envolve as relações de gênero, internet, mídia, arte,

o movimento LGBTQIA+.

Fatores sociais influenciam para a composição identitária, marcada pelo contexto social e histórico, permeada por reflexos das relações sociais de poder, nos mais diversos âmbitos da vida: trabalho, família, religiosidade, amizade, mídia, as representações sociais. A formação identitária torna-se cada vez mais fluida, móvel e cambiante, permitindo que as pessoas assumam identidades diferentes em diferentes situações, unificadas em torno de um “eu” coerente. O modelo tradicional de comportamento social mudou na contemporaneidade para um modelo multifacetado de identidades compostas por múltiplas influências. A possibilidade de estabelecer uma identidade nacional, unificada ou unificadora das especificidades individuais que localize os indivíduos em papéis sociais homogeneizantes é cada vez mais rara (CASTELLS, 2002).

A tecnologia é fator importante para a composição do atual cenário das identidades e representações sociais de gênero nesta discussão. É inegável que a rede mundial de computadores despontou nos últimos 20 anos como um mecanismo de articulação política e não somente de comunicação. Seja por ser um veículo de informação, seja como meio de mobilização para ação política. A ‘Primavera Árabe’ representa, neste aspecto, um caso emblemático do uso das redes sociais enquanto mecanismo de mobilização e divulgação dos movimentos de insurreição iniciados em 2011 em países árabes contra o autoritarismo governamental (DI FÁTIMA, 2003). Os diversos movimentos sociais percebem, cada vez mais a abrangência deste veículo de divulgação, mas também veem na internet como um campo de mobilização social e de adesão política. O movimento LGBTQIA+, em especial as gerações mais recentes deste público, tem utilizado esta rede como meio de socialização, mas também como meio de empoderamento através da normalização e aceitação do discurso da diversidade de gênero.

Identidade, cultura e comunicação colaboram para conduzir a formação e reconhecimento dos indivíduos no meio social e para o reconhecimento dos atores sociais e a percepção de seu discurso (WOLTON, 2006). A construção de identidades sociais é mediada por dois extremos, de um lado forças mantenedoras das formas identitárias já consolidadas, e de outro, as formações recentes de identidade, resultantes da fluidez contemporânea das configurações sociais, disputam em vários campos da vida cotidiana, a formação de novas maneiras de ser e agir. Na sociedade da informação, esse conflito envolve a unidade política, mas também econômica das sociedades capitalistas, que necessitam da renovação para manter o fluxo constante do consumo, sendo a constituição de identidades coesas uma âncora para a manutenção de uma estrutura social em que os indivíduos possam atuar.

Em meio a esse movimento, há brechas e possibilidades de resistência. É quando as identidades e a demanda pelo seu reconhecimento emergem em meio à disputa por sentido, operadas pelos movimentos de regulação simbólica dos espaços sociais, sobretudo políticos, nas esferas comunicacionais (SARDINHA, 2011, p. 50).

Questões de sexo, gênero e sexualidade sobre a perspectiva cultural

Ambos, sexo e gênero são categorias culturais, porém, gênero é uma construção social gerado através do sexo biológico (BUTLER, 2017). Cada pessoa nasce com seu sexo biológico, que a define como um ser do sexo masculino ou feminino, o papel do homem e da mulher é constituído culturalmente, e muda conforme a sociedade e o tempo, portanto é histórico (HADDAD, 2017).

Corpos são vistos como definidores de sexo (entendidos biologicamente), que indicariam determinado gênero e este indicaria o desejo ou afetividade, formando a sequência sexo-gênero-sexualidade. Não há corpo que não seja, desde sempre, dito e feito na cultura; descrito, nomeado e reconhecido na linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e das tecnologias (LOURO, 2016). Como já dito, o corpo nasce sendo limitado e tentado a participar e se encaixar de padrões de sexo, gênero e sexualidade.

A concepção binária do sexo, tomado como um “dado” que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável,

a forma compulsória da sexualidade. As discontinuidades, as transgressões e as subversões que essas três categorias (sexo-gênero-sexualidade) podem experimentar são empurradas para o terreno do incompreensível ou do patológico (LOURO, 2016, p. 84).

Por longo tempo a comunidade LGBTQIA+ foram tidas como doentes. Houveram marcos históricos vitoriosos para estes indivíduos quando no dia 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças e no dia 18 de junho de 2018 deixou de considerar a transexualidade um transtorno mental.

No século XX as humanidades e linguagens passaram a explorar a categoria de gênero, e o conceito foi ampliado e esgarçado por várias áreas do conhecimento, possibilitando mais reflexão sobre o tema. Gênero é um dos elementos que constituem o sujeito social, e se baseia em diferenças socialmente construídas, por e para indivíduos de diferentes sexos. Também dá significado a relações de poder, entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e entre homens e homens (SCOTT, 1995). Sexo e gênero são conceitos fundamentais para o entendimento dos padrões de comportamento social.

Há uma separação rígida entre natureza e cultura, em que a última se sobrepõe à primeira, e essa dualidade se constitui como uma explicação da origem das diferenças comportamentais entre mulheres e homens. Essa sobreposição segue a lógica da existência de um “sexo” real, preexistente à cultura, no qual “gênero” diz respeito, nesse caso, à interpretação dessa materialidade de maneira contingente a cada sociedade e momento histórico. “Gênero” é a inscrição, a marca cultural sobre a realidade biológica dada nos termos dessa formulação (OKA; LAURENTI, 2018, p. 244).

Sexo é o conceito que determina um conjunto de aspectos biológicos (naturais) do indivíduo que são socialmente interpretados e geram uma construção social e cultural de comportamentos, representações sociais e identidades culturais elaboradas coletivamente ao longo da história e a partir do fator biológico exige dos indivíduos a performance social atribuída ao sexo de nascença.

Há uma diferença conceitual que precisa ser estabelecida entre os conceitos de identidade de gênero e expressão de gênero. Segundo Reis e Pinho

a identidade de gênero se caracteriza na concepção individual de sou homem, sou mulher ou sou um gênero a parte dessas opções; enquanto a expressão de gênero é a representação física e a performance atrelada, incorporada, dessa identificação (REIS; PINHO, 2016, p. 10).

No que tange a sexualidade,

se faz presente em todo o desenvolvimento físico e psicológico dos indivíduos, manifestando-se desde o seu nascimento até o momento da sua morte. Assim sendo, a sexualidade vai além do ato sexual em si, pois se encontra marcada pela história, cultura e ciência, igualmente como os afetos e sentimentos de cada sujeito (RODRIGUES; WECHSLER, 2014, p. 90).

Dessa forma, a sexualidade refere-se ao envolvimento que há entre os indivíduos, seja no sentido sexual, seja no afetivo ou psicológico.

Orientação sexual é a identidade que se atribui a alguém em função da direção da sua conduta ou atração sexual, se esta se dirige a alguém do mesmo sexo, denomina-se de

orientação homossexual; se, ao contrário, a alguém do sexo oposto denomina-se heterossexual, se pelos dois sexos, de bissexual. Dessa maneira, a orientação sexual está relacionada ao sentido do desejo sexual do indivíduo, se pelo mesmo sexo, pelo oposto ou por ambos (RIOS; PIOVESAN, 2001 *apud* MELO; SOBREIRA, 2018, p. 368).

Tem-se, portanto, uma diferenciação dos conceitos, pois o conceito sexo refere-se ao aspecto biológico (masculino e feminino), gênero uma acepção sociocultural relacionada a este (homem, mulher, não-binário, fluído, etc.) e sexualidade a orientação afetivo-sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, etc.) dos indivíduos.

O processo de educação para a vida social, nas sociedades de modelo ocidental, tem como característica a heterossexualidade compulsória (RICH, 1980). Essa é a heterossexualidade imposta e a adesão a ela é tida socialmente enquanto normal e é generalizada e óbvia para a maioria das pessoas. As pessoas são coordenadas a heterossexualidade e a heteronormatividade desde seu nascimento e caso não sigam este modelo sofrem punições sociais variadas, que alternam de sociedade em sociedade, variando entre exclusão social, opróbrio, violência e, em alguns países, a criminalização. Poucas são as sociedades em que há aceitação generalizada de pessoas que não sigam os padrões heteronormativos.

Na obra *História da Sexualidade*, Foucault destacou que na civilização contemporânea fala-se muito sobre sexualidade, sobretudo para proibi-la. Isso ocorre nas instâncias da família, da religião, da comunidade (FOUCAULT, 1984). O corpo social institui, portanto, um padrão de comportamento sexual.

A família tradicional brasileira junto à igreja é responsável pela maior parte dos preconceitos e discriminações. O conceito de família tradicional brasileira está comumente ligado a uma estrutura social que está determinada pela ideologia e valores que reproduzem as desigualdades. No seio dessa concepção de família tradicional, tendem a ser defendidos os valores hierárquicos patriarcais como submissão da mulher ao marido e dos filhos ao pai. Também são reforçadas questões relacionadas à identidade de gênero e sexualidade, onde a primeira é vista como uma aberração e a segunda é imposta a partir da lógica hegemonicamente heteronormativa (SANTOS, 2018, p. 26).

Durante muito tempo a educação foi tratada como um meio para normalizar as pessoas de forma coletiva (MISKOLCI, 2012). A escola é o primeiro contato social da criança (GOFFMAN, 1988) e antes disso a convivência é através da família onde há uma proteção com laços fora do parentesco, ou seja, as diferenças tendem a ser reforçadas na escola, mas também pode ser pensado como exemplo de como ela se baseia em um ideal familiar poderoso e injusto (MISKOLCI, 2012).

Quando a educação exclui alguns indivíduos por seus comportamentos, ela se torna problemática, pois retira das pessoas o direito de serem quem são, e se torna-se opressiva e inacessível a boa parte do corpo social. As escolas vivem um padrão heterossexista de ensino (MISKOLCI, 2012), pois reproduzem concepções excludentes e limitadas da sociedade, com a adesão da administração e do corpo docente aos comportamentos estereotipados e preconceituosos em torno de gênero e sexualidades das pessoas LGBTQIA+. O sistema educacional parece se comportar como um campo de reprodução social, em que os hábitos, valores e interesses de uma dada sociedade são ensinados às gerações mais jovens, das quais se espera que atendam ao comportamento esperado e desejado aos que ocupam o lugar na sociedade destinado às pessoas que compartilham uma mesma origem e posição social, o habitus social, com identidade própria, refletida nos indivíduos que compartilham estes sentidos e valores. A autoridade pedagógica, enquanto reprodutora do conhecimento, legitimada pela tradição, age como impositiva de sentidos e significados dos fenômenos naturais e sociais, inculcando habitus que perduram até mesmo após o processo escolar institucional (BOURDIEU; PASSERON, 1975).

A Teoria *Queer* marca a aliança entre as concepções de gênero cuja precursoras foram as pensadoras feministas e o movimento LGBTQIA+. Ela é uma sofisticação do feminismo, pois transporta a temática do gênero para além das mulheres e sua relação com a sociedade (MISKOLCI, 2012). Esta é uma construção e foi influenciada por Simone de Beauvoir, pelo marxismo, pela psicanálise, pelos estudos decoloniais e por Michel Foucault. A teoria apresenta-se contra a classificação e padronização das identidades, contra o assimilacionismo cultural, contra a cisnormatividade e heteronormatividade, contra o patriarcado, contra o capitalismo e contra o sistema binário de gênero/sexualidade. A Teoria *Queer* é uma teoria crítica e pós-identitária orientada pela política das diferenças e da subversão. De acordo com Alves

Jesus (2012) distingue pessoas cisgênero de transgênero a partir da concordância (no caso cis) ou da discordância (no caso trans) existente entre a identidade de gênero autodeclarada e o sexo anatômico designado no nascimento (JESUS, 2012 *apud* ALVES, 2018, p. 1).

Dessa forma tem-se que se sexo é categoria usada para expressar o aparelho sexual de nascença, sendo um conceito biológico. Identidade de gênero é a maneira como o indivíduo compreende-se quanto ao sexo de nascença, se sua autopercepção é compatível às atribuições socialmente impostas ao sexo de nascimento é denominada de pessoa cis, portanto uma mulher cis nasceu no sexo feminino e é socialmente reconhecida enquanto mulher, pois performa socialmente enquanto tal. Já, por outro lado, uma mulher trans nasceu como indivíduo do sexo masculino, mas comporta-se socialmente (pois assim se identifica) enquanto pessoa do gênero feminino, trazendo tanto para seu comportamento social quanto para sua identidade de gênero características atribuídas socialmente à mulher.

A expressão de gênero é como o indivíduo apresenta-se na sociedade (quanta à roupa, modo de falar, comportamentos socialmente atribuídos, tipo do cabelo, etc.), geralmente relacionados aos aspectos físicos e estéticos relativos a um dos gêneros. Esta expressão também pode contemplar o comportamento bigênero ou agênero. Sendo que, o bigênero engloba duas identidades de gênero, a masculina e a feminina e o termo agênero designa aqueles que não contemplam nenhum gênero ou identidade de gênero. A orientação afetivo-sexual refere-se à atração sexual, física e/ou afetiva em termos de sexo ou gênero (homossexual, pansexual, bissexual, heterossexual, etc.) ou quando não sente atração por nenhum gênero (assexual). Esse comportamento pode englobar as mais variadas expressões sociais.

Teoria *Queer*

Denomina-se queer tudo que o discurso normativo da sociedade transforma em anormal, em estranho, em abjeto, em subalterno, e sobre este recai peso coercitivo do comportamento social (MISKOLCI, 2012). São os homens afeminados, as mulheres masculinizadas, as pessoas trans e travestis, as pessoas intersexo, e todos que estão na margem social e sempre foi usado como termo pejorativo. Atualmente, as pessoas que se identificam utilizam-no como forma identitária. É considerado queer

o sujeito da sexualidade desviante - homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2016, p. 8).

No seu sentido pejorativo possui sentido de bicha, sapatão ou veado para o contexto anglo-saxão, para o português é estranho. A expressão queering the curriculum, dita por estudiosas anglo-

saxãs pode ser interpretada como “estranhar o currículo” ou “passar dos limites” (LOURO, 2016). Isto é, com uma visão de extrapolar e desafiar o padrão que é estabelecido desde o nascimento, desvinculando das pessoas o poder imposto sobre o sexo discursivamente.

A capacidade do corpo de um menino de representar, entre outras coisas, os medos, fúrias, apetites, e perdas das pessoas ao redor [...] é aterrorizante, quem sabe, em primeiro lugar para elas, mas com um terror que o menino já aprendeu com grande facilidade e, de todos modos, com muita ajuda. Estas misteriosas habilidades para [que um menino afeminado possa] sobreviver, de filiação e de resistência podem derivar de uma firme identificação com a abundância de recursos de uma mãe (SEDGWICK, 1993, p. 199).

Tudo aquilo que se apresenta como neutro, como a cientificidade, muitas vezes, provém de uma perspectiva não-queer mas sim “masculina, branca, ocidental, cristã e heterossexual”. Uma perspectiva queer é “menos afeita ao poder, ao dominante, ao hegemônico, e mais comprometida com os sem poder, dominados, ou melhor, subalternizados” (MISKOLCI, 2012, p. 44).

A proposta queer repensa “o aprendizado a partir da experiência da humilhação e do xingamento”, ou seja, normalizar a partir de preconceitos e injúrias. Ao longo da história, os queers organizaram movimentos sociais dentro e fora da universidade. A AIDS foi construída socialmente e foi delimitada como DST. Ela foi entendida como um castigo para as pessoas que não seguiam o padrão, ou seja, essa característica social detestável dada para a AIDS “foi um catalisador biopolítico que gerou formas de resistências mais astutas e radicais [...]” (MISKOLCI, 2012, p. 24).

A teoria queer é pós-identitária pois “o foco sai das identidades para a cultura, para as estruturas linguísticas e discursivas e para seus contextos institucionais” (LOURO, 2016, p. 62).

A música de Benny retrata os papéis de gênero e revela como a sociedade é repleta de pensamentos retrógrados e preconceitos moldam as pessoas, tal qual para a Teoria Queer se opõe a esses padrões e preza por acabar com o estabelecimento de diferenças entre aquilo que é considerado ‘normal’ e o que é ‘anormal’, para isso, há de se acabar com binarismos e desconstruir os dois lados, pelo processo de desconstrução (DERRIDA, 2002), sabendo que nossa sociedade é muito mais ampla e que não se pode restringi-la a duas faces e ideias. Questionar a normatividade de gênero e sexualidade é também duvidar do modelo binário (masculino e feminino) e da heterossexualidade como padrão de orientação afetivo-sexual (LOURO, 2003).

Facilmente o molde que é imposto na vida das pessoas desde o nascimento em virtude do sexo de nascença é perspicazmente destruído por Butler (1990), que demonstra que sexo e gênero são categorias culturais, sendo gênero uma construção social decorrente do sexo biológico.

A Teoria Queer, a priori, abarca excessivamente a branquitude, dentro de uma classe média, a partir de questões do norte global e enfatiza sua característica anti-identitária (BILGE; COLLINS, 2020), ademais, queer é interpretado como um “termo enraizado nos privilégios de classe, raça, e gênero”, que não permite análise da opressão dos heterossexuais (por considerar que todos eles são privilegiados, desconsiderando que muitas pessoas negras heterossexuais sofrem opressões, não pela sexualidade, mas pela cor/raça), nem do privilégio dos queers (COHEN, 1997, p. 451, tradução nossa). Além disso, Gloria Anzaldúa argumenta que queer é utilizado “como um falso guarda-chuva unificador no qual “queers” de todas as raças, etnias e classes são colocados” (2009, p. 164, tradução nossa). A interseccionalidade, nesse sentido, mostra e mostrará para esta teoria que as identidades são partes importantes para construção de uma ferramenta analítica. Para Bilge e Collins (2020), pensadores queers e trans negros são e representam a “interseccionalidade queer”. Importante considerar também que uma análise que tenha como vistas variadas formas de opressão, consegue encontrar locais comuns para resistência, que podem iniciar lutas (COHEN, 1997, p. 462). Logo, pensando em Crenshaw (1989) e no conceito de interseccionalidade, a teoria queer também deve considerar, para além das diferenças de identidade de gênero e de sexualidade, as diferenças raciais, de classe, de religiosidade. Conforme mostra Louro (2005, p. 86), “homens e mulheres não se constituem, apenas, por sua identidade de gênero, mas também por sua identidade de classe, de raça, de etnia, de sexualidade, nacionalidade, idade... homens e mulheres são, ao mesmo tempo, muitas ‘coisas’”. Importante lembrarmos que o debate sobre interseccionalidade foi

alavancado pelo feminismo negro, pois ainda que não utilizassem esse termo, autoras, como Lélia Gonzalez (1984), já pensavam a intersecção entre raça e gênero, inclusive, no contexto brasileiro.

O caráter branco e elitista dos queers pode ser percebido nos resultados da pesquisa desenvolvida por Battle et al. (2002), que teve como base entrevistas realizadas com pessoas que estavam no evento Black Pride em 2000, com 2645 surveys coletados, em diversas regiões e cidades dos Estados Unidos. Das pessoas entrevistadas, 79% eram negros/afro-americanos. A pesquisa ainda mostrou que apenas 1% dos LGBTs negros se identificam como queer, e a maioria (42%) se identificam como gay. Portanto, há uma relutância entre LGBTs negros na utilização da categoria “queer” como primeira identificação da sua orientação sexual (BATTLE et al., 2002, p. 19). Para os autores, isso “pode revelar o racismo que a população LGBT negra experimenta por parte dos ativistas brancos identificados como queers em suas campanhas e organizações, incluindo a falta de alcance às comunidades LGBTs negras” (Ibid., p. 19-20, tradução nossa). Ainda, “Existe uma crença de que esses ativistas ‘queers’ brancos têm mais acesso a recursos e privilégios, e abraçam uma maior fluidez das práticas e identidades sexuais, do que os entrevistados do Orgulho Negro” (Ibid., p. 20, tradução nossa). Essa é uma crença de superioridade, como se esses ativistas fossem mais “evoluídos”, o que demonstra e evidencia o racismo presente na comunidade queer.

Resultados e discussões

A música *Little Game*, vai transportar para o campo artístico toda esta discussão sobre diversidade e normatividade sexual, uma vez que apresenta em sua letra a concepção de papéis de gênero e como a norma social coordena a ação destes, questionando-a, transforma-se em uma atuação política. Pode-se notar isso nos versos “Jogue-nos como peões e prendanos incessantemente/ Em viver de acordo com papéis sociais de gênero, tendo mentes vazias” (BENNY, 2014). Essa é uma problemática que advém de pressupostos que pregam que o corpo, que representa o sexo biológico, gera as expressões de gêneros e sexualidades, que são limitados ao biologizante, não podendo sair dessa indústria de regras sociais. Essas regras têm um potencial eminentemente político, a luta de estabelecer o biológico como natural e como social, em um âmbito de forças que as categorias são ambientes de disputa social e política. Então o gênero é uma categoria em aberto e a melhor compreensão que podemos desenvolver de gênero como um campo de disputa, em que as relações de gênero são eminentemente sociais e políticas envolvendo relações de poder entre os atores sociais (SCOTT, 1995). Questionando a obrigatoriedade de viver conforme os padrões Benny traz consigo as vitórias das lutas por direitos sociais travadas pelas gerações anteriores e resgata a busca pela aceitação da diversidade que ainda está em construção.

Nos versos “Você não acha esquisito o jeito que eles nos dizem como viver?/ Você não acha esquisito como todos somos crianças delinquentes?/ Tipo ‘cale-se agora!’/ ‘Não diga nada, não diga nada’” (BENNY, 2014) a letra questiona o modo como o corpo social molda os indivíduos, em especial o tratamento dos jovens. E é nesse processo que a sociedade modela as pessoas, através das instâncias sociais - família, igreja, Estado (etc.), que representa o ciclo social em que se vive. Benny retrata, provavelmente, sua realidade cotidiana e de vários jovens e até mesmo, adultos que vivem em lugares onde ainda prevalecem pensamentos retrógrados. Assim, representação gera identidades sociais e coletivas em um processo cultural que colabora para que o indivíduo se sinta pertencente a um grupo ou local. A identidade é moldada pela cultura, o que possibilita aos indivíduos orientarem suas ações e gestos e constituírem um mecanismo de reconhecimento do “eu”. Identidade e diferença são características interdependentes na formação de um sistema simbólico coeso e classificatório. Os discursos e os sistemas de representações demarcam os limites e fronteiras da representação cultural e possibilitam que os indivíduos se posicionem e percebam os posicionamentos dos demais. “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2005, p. 18). Esses fatores também podem ser diferentes, variando de acordo com áreas distintas. O autor da música, Benny, é oriundo do Texas, uma região de extremo conservadorismo, assim como ocorre, em grande parte das regiões brasileiras de meio rural. Por isso, o espaço ocupado por essas pessoas é decisivo na sua aclimação ou não dentro desses modelos de comportamento e de representações sociais.

Segundo Louro (2016, p. 85) “As marcas de gênero e sexualidade, significadas e nomeadas no contexto de uma cultura, são também cambiantes e provisórias, e estão, indubitavelmente, envolvidas em relações de poder”. Além disso, “é no corpo e através do corpo que os processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias se realizam e se expressam” (Idem). Louro pontua que “A marcação pode ser simbólica ou física, pode ser indicada por uma aliança de ouro, por um véu, pela colocação de um piercing, por uma tatuagem, por uma musculação ‘trabalhada’, pela implantação de uma prótese” (Ibid., p. 86), por um cabelo tingido, pelo uso de um brinco ou de roupas “diferentes” de acordo com padrões já estabelecidos. Os corpos dos indivíduos carregam, cada vez mais, uma acepção política, de luta. A utilização do corpo, do modo de falar e de se vestir como mecanismos de contraposição e contracultura são históricos, em especial como meio de atrair a atenção de grupos mais conservadores e que possuem uma visão oclusa. Esse é um dos atos mais corajosos, pois muito sujeitam-se a colocar-se em situação de vulnerabilidade nas ruas e nas redes sociais, para dar voz, corpo e visibilidade a grupos marginalizados, contribuindo para a quebra de tabus e diminuição de preconceitos, na tentativa de normalizar o comportamento que ainda é considerado desviante.

Esse argumento é compatível com o trabalho das drag-queens, que é “fundamentalmente, uma figura “pública”, isto é, uma persona que se apresenta e surge como tal apenas no espaço público” (Idem). Drag-queens são, majoritariamente, homens, não necessariamente gays, que performam mulheres, com características performáticas ampliadas, que se apresentam artisticamente em espaços públicos, ou utilizam a sua performance para pautas políticas, criticando o modelo vigente de sociedade. Em pesquisa realizada por Anna Paula Vencato (2002) na Ilha de Santa Catarina, entra-se no camarim de uma drag, onde ela se “monta” e transforma seu corpo seja através de mudanças corporais seja através de roupas e maquiagem.

A drag assume explicitamente, que fabrica seu corpo; ela intervém, esconde, agrega, expõe. Deliberadamente, realiza todos esses atos não porque pretenda se fazer passar por uma mulher. Seu propósito não é esse; ela não quer ser confundida ou tomada por uma mulher. A drag propositalmente exagera os traços convencionais do feminino, exorbita e acentua marcas corporais, comportamentos, atitudes, vestimentas culturalmente identificadas como femininas. O que faz pode ser compreendido como uma paródia de gênero: ela imita e exagera, aproxima-se, legitima e, ao mesmo tempo, subverte o sujeito que copia (LOURO, 2016, p. 87-88).

Os indivíduos desviantes, como as drags, homens e mulheres trans, gays afeminados, lésbicas masculinizadas e pessoas, quando se expõem enquanto LGBTQIA+, são estereotipados e sofrem desprezo social em suas vidas cotidianas, mesmo que suas atuações sociais não tenham relação com sua sexualidade, elas “experimentarão o desprezo ou a subordinação e “provavelmente, serão rotulados (ou isolados) como ‘minorias’” (LOURO, 2016, p. 90). As famílias formadas por esses discriminadas, já que o modelo de família socialmente reconhecido e que, durante muitos anos, foi o único legalmente instituído, era o heteronormativo. Logo, pessoas LGBTQIA+ têm dificuldade em, por exemplo, manter a guarda dos filhos, pleitear adoção, ter direitos de herança garantido a seus cônjuges, dentre outros (LOURO, 2016). Para Butler, essas privações devem ser compreendidas como “uma operação específica da distribuição sexual e da reprodução dos direitos legais e econômicos” (BUTLER, 1990, p. 56). A adoção homoparental, que funciona desde 2015, legitima que casais homoafetivos possam adotar, da mesma forma que casais heteroafetivos.

Para construir a materialidade dos corpos e, assim, garantir legitimidade aos sujeitos, normas regulatórias de gênero e de sexualidade precisam ser continuamente reiteradas e refeitas. Essas normas, como quaisquer outras, são invenções sociais. Sendo assim, como acontece com quaisquer outras normas,

alguns sujeitos as repetem e reafirmam e outras delas buscam escapar. Todos esses movimentos, seja para se aproximar, seja para se afastar das convenções, seja para reinventá-las, seja para subvertê-las, supõem investimentos, requerem esforços e implicam custos. Todos esses movimentos são tramados e funcionam através de redes de poder (LOURO, 2016, p. 92).

Por isso, aqueles que são privilegiados devem utilizar-se desse atributo para dar visibilidade a outras lutas, interromper preconceitos disfarçados de piadas. Para aquelas e aqueles que estão na situação de desfavorecimento indica subverter os padrões e enfrentar a repressão.

Nos versos “Limite todos os pensamentos e o senso comum correto/ Você está criando suicidas com suas frases predeterminadas/ Tipo ‘Você é uma bagunça, perturbado, não estou impressionado, você é um excesso’/ ‘Um vestido é tudo o que sempre será!’/ Papéis sociais de gênero impõem controle e enganam muitas vezes/ Bem-vindo à terra das mentes fraturadas!” (BENNY, 2014). As limitações estabelecidas pela pressão social em torno dos indivíduos são coercitivas a ponto de gerar problemas psicológicos, com ideias manipuladas e forçam os mesmos a se expressarem através de fatores estéticos e físicos, como roupas, de acordo com os fatores biologizantes e limitam a liberdade de expressão individual de cada um.

Foi Meyer (1995) que melhor caracterizou a ocorrência de um modelo específico de estresse causado a minorias sexuais, distinto de ocorrências estressoras vividas por indivíduos que não são sexualmente estigmatizados. Segundo esse autor os motivadores das dificuldades psicossociais nas pessoas LGBTQIA+ se apresentam de maneira crônica, mas são geralmente relacionados às estigmatizações sofridas, a preconceito, vitimização por causa de sua condição de gênero e são somados aos motivadores de estresse cotidianos ou universais que atingem a todos os indivíduos. Esse somatório de fatores causa um grande comprometimento psicossocial nestes indivíduos que têm três fontes básicas. O primeiro destes fatores se origina do modelo estrutural da sociedade e da institucionalização de padrões de comportamento, sendo originados das interações sociais. O segundo fator está relacionado a vitimização ou rejeição destes padrões e em especial às expectativas destas. O terceiro fator está relacionado à internalização de discriminação de gênero, o que seria uma interiorização e a ação social discriminatória das pessoas LGBTQIA+ no que tange o gênero ou a orientação sexual (MEYER, 1995).

Fatores sociais se transformam em motivadores de transtornos psicológicos e fontes de risco para a população LGBTQIA+. A população, logo, possui um senso comum com concepções tradicionais excludentes que enxergam os indivíduos como diferentes e os condicionam a serem produto do sistema de papéis sociais de gênero.

Nos versos “Nós fingimos abundância apenas para sobreviver/ Transbordando uma confiança falsa apenas para sentir-nos vivos/ Eles não podem mais me machucar/ Não resta mais nada para destruírem de mim/ Não resta mais nada para tirarem de mim” (BENNY, 2014) pode-se ver que no processo de busca incessante pela aceitação social as pessoas perdem sua essência. Essa busca por se distanciar ou abeirar das convenções ocorre através de redes de poder (LOURO, 2016).

Nos versos “Silêncio garoto, oh, silêncio garoto/ Não diga uma palavra/ Coloque sua camisa e ninguém se machuca/ Silêncio garota, oh, silêncio garota/ Apenas pisque os olhos” (BENNY, 2014) a letra cita o que se costuma dizer aos indivíduos, e como os mesmos são silenciados e vistos como bonecos/estátuas do corpo social. Esse movimento é aquele que molda as pessoas e impedem que elas possam ser elas mesmas, que tem por objetivo cumprir padrões sociais. Neste sentido o corpo tem uma dupla acepção social, é o natural e o performático. Sua produção e reprodução são condicionadas socialmente. A maior aproximação das culturas, historicamente, proporcionou maior integração de sentidos e a performance social dos gêneros, de maneira bifacetada, em feminino e masculino, como demonstrada na música e em sua concepção visual através do videoclipe, é bastante reveladora deste movimento. O corpo possui uma faceta eminentemente subjetiva, uma vez que, sintetiza as performances sociais de gênero, representando um complexo significativo de informações e acepções culturais (VILLAÇA; GÓES, 1998).

Esse processo se dá pelo instrumento do poder sobre os corpos, segundo Ribeiro (1999), o sexo é um mecanismo de controle social sobre as pessoas, no que tange às expressões de gênero

e sexualidade.

Figura 1. Imagem retirada do videoclipe da música Little Game



Fonte: Captura de tela do videoclipe Little Game (BENNY, 2014).

O videoclipe da música nos mostra meninos vestidos de azul com roupas consideradas masculinas (camiseta, bermuda e tênis) com brinquedos considerados masculinos (carrinhos, bonecos que representam força, bolas) e meninas vestidas de rosa (vestido e salto) com atribuições consideradas femininas (vaidade exacerbada, sexualização precoce, uso de maquiagem e prática do balé), Figuras 1 e 2.

Há também a reprodução da hiperfeminilidade e da hipermasculinidade na representação visual através das cores das roupas, em que o padrão ‘meninos vestem azul e meninas vestem rosa’ é bastante enfatizado para demonstrar a dicotomia entre os padrões e performances dos gêneros masculino e feminino, que o conjunto, música e videoclipe, questionam. Esse padrão gera estereótipos de gênero e, conseqüentemente, preconceitos, já que quando uma pessoa se distancia do padrão ela é rechaçada. Um exemplo claro da imposição e reprodução desses estereótipos é representada nos ‘chás de revelação’ de sexo biológico, quem que é feita uma reunião e celebração em torno da importância da descoberta do sexo do bebê pelos futuros pais, e o sexo biológico feminino é representado pela cor rosa e o sexo biológico masculino é representado pelo azul, seja na decoração, seja nos artifícios de revelação da investigação médica, o próprio ritual é um sinal bastante importante do valor social relativo ao sexo biológico como determinante do valor social atribuído ao futuro indivíduo.

O videoclipe também apresenta como as pessoas sofrem com a imposição dos padrões, na expectativa de ter reciprocidade social há a tentativa de reproduzir os comportamentos dos demais, e na busca pelo seu alcance é ressaltada a dificuldade de alguns em se encaixarem em somente um dos dois polos, em especial é ressaltada a dificuldade dos adolescentes em reproduzirem a hiperfeminilidade e a hipermasculinidade (FARIA, 2011). Nesse sentido, pode-se ver a experiência da abjeção, quando as pessoas infringem as normas e não se apresentam ‘discretamente na sociedade’ (MISKOLCI, 2012). As transgressões de sexo-gênero-sexualidade são o que afastam as pessoas desse meio, e os tornam seres doentios (LOURO, 2016). No entanto, a Teoria Queer não deseja a inclusão dessas pessoas no meio social padrão, mas preza pelo respeito às diferenças e a não-segregação, que não é inclusão, mas também não exclusão.

Figura 2. Imagem retirada do videoclipe da música Little Game



Fonte: Captura de tela do videoclipe Little Game (BENNY, 2014).

De maneira análoga à música o videoclipe apresenta a quebra dos padrões de gênero através do uso das cores, representando uma quebra dos padrões, a figura 3, representa uma espécie de libertação, o verdadeiro indivíduo apresenta-se e não tem vergonha de se mostrar como tal. Para tanto segundo Spargo (1999, p. 30): to come home, of course, you first had to “come out”. Ou seja, “para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável, antes de tudo, que o indivíduo se ‘assumisse’, isto é, revelasse seu ‘segredo’, tornando pública sua condição” (LOURO, 2016, p. 33). Mesmo assim, sabe-se que existe uma dificuldade notável em sair do meio, pois como já analisado, as pessoas sofrem por lavagens mentais que as impedem de notar as injustiças e constituem uma autonegação. Assim como têm conhecimento de que o processo de ‘sair do armário’ e se impor podem ter consequências negativas, como expulsão de casa por parte dos familiares.

Figura 3. Imagem retirada do videoclipe da música Little Game



Fonte: Captura de tela do videoclipe Little Game (BENNY, 2014).

A sequência de imagens demonstra um efeito em grande escala em que homens e mulheres aceitam os vários nuances de comportamento de gênero em seus comportamentos e pelos padrões de cores, e aqueles que estavam em situação de exclusão encontraram motivação para se exporem.

As iniciativas, neste sentido, são importantes. Segundo as estudiosas anglo-saxãs queering the curriculum é a ação de não concordar ou desconfiar do currículo normativo já proposto (LOURO, 2016), ou seja, ultrapassar as normas que perpassam as gerações, já que ações revolucionárias pessoais podem gerar grandes movimentos decisivos para a mudança das estruturas obsoletas que ainda prevalecem no seio do corpo-social.

Nos versos “Porque, querido, é fácil fingir um sorriso/Quando você tem feito isso há muito tempo” (BENNY, 2014) mostra-se a tentativa de se encaixar nos padrões, e como há um distanciamento do verdadeiro bojo nessa tentativa. A heterossexualidade compulsória, conceito de Adrienne Rich (1980), age nesse ângulo, as pessoas são reguladas a se filiarem a essa sexualidade, mesmo que não sejam heterossexuais, o que gera uma auto rejeição e conseqüentemente

problemas psicológicos.

Nos versos: “Jogue o nosso joguinho/ Não quer jogar comigo?” (BENNY, 2014), a letra trata dos ‘joguinhos’, que são aquelas regras sociais de gênero que devem ser seguidas. As pessoas são obrigadas a seguir, pois segundo Spivak (2010) essas pessoas não são escutadas e não possuem termos para expressar essas injustiças.

Considerações Finais

A sociedade, tanto em âmbito nacional quanto internacional, carece de conhecimentos acerca dos aspectos de identidade de gênero, expressão de gênero, orientação afetivo-sexual, expressão de gênero e sexo.

Muitas vezes, indivíduos queer são alvos de questionamentos absurdos, por exemplo, as pessoas acreditam que um homem (sexo) cis gay (orientação sexual) afeminado (expressão de gênero) tenha vontade de ser mulher (identidade de gênero). Não são raras as vezes que esses conceitos são confundidos e disseminados de forma errônea, inclusive por personalidades públicas.

Esses indivíduos enfrentam desafios que vão de casa até o mercado de trabalho, que buscam sempre a sua melhor performance. Para lidar com um mundo tão inquieto, a revolução parte de cada um e o ato de ser e se apresentar como sujeito queer já é revolucionário.

Vive-se num mundo em que diferenças são vistas como motivos de segregação, muitas vezes não são as pessoas que se veem como diferentes, e sim o meio em que se vive, que visibiliza essas diferenças da pior maneira possível, com agressões e preconceito.

Espera-se que com os estudos sobre gênero já realizados e que com essa contribuição se possa aprender mais sobre assuntos considerados tabus pelo corpo social. Pretendeu-se aqui apresentar a relação entre a Teoria queer e a música Little Game do estadunidense Benny, a fim de comprovar e explicar como os padrões de gêneros influenciam tanto na sociedade, geralmente, de maneira negativa àqueles que fogem desses padrões.

Existem mais cores além do rosa e do azul.

Referências

ALVES, Cláudio Eduardo Resende. Mulheres cisgênero e mulheres transgênero: existe um modelo legítimo de mulher? In: Congresso Mundos de Mulheres, 13.; Seminário Internacional Fazendo Gênero: Transformações, Conexões, Deslocamentos, 11., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]** Florianópolis: UFSC, 2018, p. 1-11. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872_ARQUIVO_Mulherescisgeneroemulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

ANZALDÚA, Gloria E. To Queer the Writer- Loca, escritora y chicana. In: ANZALDÚA, Gloria E. **The Gloria Anzaldua Reader**. Ed. AnaLouise Keating. Durham: Duke University Press, 2009, p. 163-175.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BATTLE, Juan; COHEN, Cathy J.; FERGERSON, Gerard; AUDAM, Suzette. **Say It Loud, I’m Black and I’m Proud: Black Pride Survey 2000**. Nova York: Policy Institute of the National Gay and Lesbian Task Force, 2002.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes Limitada, 2017.

BENNY. **Little Game**. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WNR3x1kVVEc>. Acesso em: 19 mar. 2023.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. Nova York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith; BRETAS, Aléxia. Meramente cultural. **Ideias**, v. 7, n. 2, p. 227-248, 9 mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFctbZDZHgNP/>. Acesso em: 03 mar. 2020

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COHEN, Cathy J. Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics? **GLQ**, v. 3, p. 437-465, 1997. Disponível em: <https://985queer.queergeektheory.org/wp-content/uploads/2013/04/Cohen-Punks-Bulldaggers-and-Welfare-Queens.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, 1989, p. 139-167. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DI FÁTIMA, Branco. Primavera Árabe: vigilância e controle na sociedade da informação. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FARIA, Miguel Nuno Pereira Silva. **Homofobia: medo de quê, medo de quem?**: análise dos componentes das atitudes homofóbicas. 2011. 482 p. Tese (Doutorado em Psicologia na especialidade de Psicologia Social) - Universidade Aberta, Lisboa, 2011.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Soc. estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QLxWgzvYgW4bKzK3YWmbGjj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité 2**. Paris: Gallimard, 1984.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Campinas: Loyola, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONZALEZ, Lélia. O racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

HADDAD, Maria Irene Delbone; HADDAD, Rogério Delbone. Judith Butler: performatividade, constituição de gênero e teoria feminista. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades - Sexualidades e relações de gênero: produção e gestão do conhecimento, 5., 2017, Salvador, **Anais**

eletrônicos [...] Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA3_ID559_17072017160232.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 85-92.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MELO, Talita Graziela Reis; SOBREIRA, Maura Vanessa Silva. Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. **Temas em Saúde**, v. 18, n. 3, p. 366-388, 2018. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/09/18321.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MEYER, Ilan H. Minority stress and mental health in gay men. **Journal of health and social behavior**, v. 36, n.1, p. 38-56, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2137286>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

OKA, Mateus; LAURENTI, Carolina. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 238-251, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/6DbV8gjdVXsPry5QQ7KHKRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PERRONI, Thaís Cattani et al. As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969). **Epígrafe**, v. 7, n. 7, p. 97-108, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/154048>. Acesso em: 21 mar. 2023.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, Jan./Abr. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045>. Acesso em: 15 mar. 2023.

REINERT, Max. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**, v. 26, n. 1, p. 24-54, 1990. Disponível em : <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/075910639002600103>. Acesso em : 15 fev. 2023.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Experience. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3173834>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RODRIGUES, Cibele Pavani; WECHSLER, Amanda Muglia. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 89-104, 2014. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074026.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SANTOS, Ana Paula dos. **Pautando gênero: narrativas jornalísticas sobre a proibição da discussão**

de gênero na Educação. 2018. 122 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2018.

SARDINHA, Antônio Carlos. Comunicação e as novas tecnologias no contexto de atuação política dos movimentos sociais contemporâneos: um estudo do portal ILGA.org. **Revista Contemporânea**, v. 9, n. 1, 2011. Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_17/contemporanea_n17_04_sardinha.pdf. Acesso em: 26 mai. 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. p. 71-99, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

SEDGWICK, Eve. **Tendencies**. Durham: Duke University Press, 1993.

TAGG, Philip. Analisando a música popular: teoria, método e prática. **Em Pauta**, v. 14, n. 23, p. 5, 2003. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/EmPauta/article/view/9404>. Acesso em: 18 mar. 2023.

VENCATO, Anna Paula. **“Fervendo com as drags”**: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VILLAÇA, Nízia; GÓES, Fred. **Em nome do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

Recebido em 18 de março de 2022.

Aceito em 23 de maio de 2023.